

PLANO DE ATIVIDADES

2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA

d.gTerritório
Direção-Geral do Território

FICHA TÉCNICA

Título

PLANO DE ATIVIDADES DGT 2020

Coleção

Documentos anuais de gestão

Coordenação, edição e tratamento de dados

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

© DGT 2020

Direção-Geral do Território

Rua da Artilharia Um, n.º 107 | 1099-052 Lisboa | www.dgterritorio.pt

ÍNDICE

I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2020.....	3
1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT	9
1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES	9
1.2. ESTRUTURA DA DGT	12
2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2020.....	19
2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	19
2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS.....	19
2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2020	23
3. RECURSOS.....	26
3.1. RECURSOS HUMANOS.....	26
3.2. RECURSOS FINANCEIROS	28
4. IGUALDADE DE GÊNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO	31
5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS.....	32
6. PLANO DE FORMAÇÃO.....	36
7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	37
8. LISTA DE ACRÓNIMOS.....	38
ANEXO I - Projetos e Atividades 2020.....	40
ANEXO II - Plano de Formação - Tabela 1 Capacidades formativas (formação interna).....	56
ANEXO II - Plano de Formação - Tabela 2 Necessidades formativas (formação interna e externa).....	60



I. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ATIVIDADE EM 2020

O Plano de Atividades da Direção-Geral do Território para 2020 constitui o instrumento de gestão interna de referência para o desenvolvimento de projetos e atividades ao longo do ano e para o estabelecimento de resultados a atingir pela instituição e pelos seus dirigentes e trabalhadores, dando cumprimento ao legalmente estabelecido.

O Plano de Atividades 2020 resultou de um processo de reflexão interna que contou com a participação dos dirigentes e trabalhadores. O processo de reflexão foi suportado por três sessões temáticas: Ordenamento do Território, Cidades e Paisagem; Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica; Cadastro, com a presença de dirigentes e de trabalhadores e por uma sessão geral com a presença de todos os dirigentes. Nestas sessões foi apresentado o quadro de recursos humanos, financeiros e materiais do próximo ano, efetuado o balanço do desempenho da DGT em 2019, debatidos os principais projetos e atividades para 2020 e discutido o posicionamento e a visão estratégica da DGT para os próximos anos. Finalizado o processo de elaboração do Plano de Atividades 2020, o mesmo será apresentado numa sessão geral, aberta a todos os trabalhadores e dirigentes, destinada a comunicar os objetivos de desempenho da DGT e a iniciar o processo de monitorização da execução dos projetos e atividades.

Os projetos constantes do Plano de Atividades foram definidos em consonância com a missão e atribuições da DGT, estabelecidas pelo Decreto-Lei 30/2012, de 13 de março, com as obrigações do quadro legal e regulamentar aplicável, com as orientações específicas de gestão e execução das políticas públicas dos domínios da sua competência e em alinhamento programático com a visão e os objetivos estratégicos de curto e médio prazo definidos pela DGT, tendo consideração o quadro de recursos humanos, financeiros e materiais perspectivado.

No quadro da missão e atribuições orgânicas, o Plano de Atividades 2020 visa, assim, responder ao conjunto de incumbências específicas determinadas por via legal e tutelar e alinhar a prestação desta entidade com os referenciais estratégicos enquadradores das áreas de política pública em que intervém, considerando a visão estratégica da DGT e os recursos disponíveis.

O ciclo anual de gestão e o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho de trabalhadores e dirigentes serão orientados para o desenvolvimento e concretização do Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização da DGT.

O Plano de Atividades de 2020, sendo, naturalmente, focado no ano a que respeita, é contextualizado por uma perspetiva estratégica plurianual que permite identificar como de especial relevância um conjunto de projetos sistematizados em função de cinco grandes objetivos estratégicos.

Na sequência da aprovação da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), pela Assembleia da República, a 5 de setembro de 2019, é fundamental dar seguimento à constituição do Fórum Intersectorial, enquanto estrutura de governança para a implementação do Programa e dar início aos seus trabalhos, logo que aprovada a necessária Resolução do Conselho de Ministros, bem como operacionalizar o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo e elaborar o Relatório de Estado do Ordenamento do Território, nos termos previstos no PNPOT.

Salienta-se que, quer o Observatório, quer o Relatório foram previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado em 1999 mas não concretizados, tendo sido agora reafirmada a sua importância e, como tal, sendo estratégico dar-lhes concretização, finalizando e disponibilizando ao público o resultado dos trabalhos iniciados em 2019. Visa-se, assim, operacionalizar a produção regular de relatórios de monitorização das dinâmicas territoriais e de implementação do PNPOT, bem como das dinâmicas de planeamento e de governança territorial. Pretende-se com este projeto colmatar uma lacuna persistente no domínio da monitorização e avaliação do sistema e dos instrumentos de gestão territorial e da política de ordenamento do território.

Neste quadro, a constituição do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU) é um projeto abrangente que envolve as várias áreas de atividade da DGT, incluindo os investigadores, no sentido do reforço da produção e disponibilização aberta de informação e de conhecimento sobre o território e de promoção da investigação aplicada em domínios do conhecimento essenciais para a monitorização e avaliação das políticas públicas territoriais ou de relevância territorial, onde existem hoje carências evidentes.

É igualmente fundamental, em 2020, efetivar o início da implementação da Agenda para o Território, que integra o PNPOT, promovendo e dinamizando a execução dos compromissos de política e das orientações, diretrizes e medidas consagradas neste Programa, com o devido suporte do Conselho Intersectorial, bem como assegurar que a DGT, no quadro das suas competências, desenvolve as medidas de política que lhe estão cometidas.

Neste enquadramento, sublinha-se a iniciativa da DGT de elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Monchique e Silves, como projeto inovador e exemplificativo que contribui para o cumprimento das medidas do PNPOT, relativas ao ordenamento e revitalização dos territórios da floresta e de valorização do território através da paisagem, exemplificando, através da implementação de ações concretas novas possibilidades de intervenção no solo rústico, com o objetivo de criar paisagens mais produtivas, mais sustentáveis e mais resilientes ao fogo, em territórios de elevado perigo de incêndio rural.

No quadro da política de cidades, a continuação da dinamização e gestão do Programa URBACT, reforçando os bons resultados alcançados nos anos anteriores, a promoção do Fórum da Cidades e o lançamento dos concursos para elaboração de planos de ação no âmbito da Iniciativa Nacional Cidades Circulares são os projetos mais relevantes e prioritários a prosseguir pela DGT, em 2020.

A promoção do alinhamento dos referenciais estratégicos e operacionais da programação de fundos comunitários do ciclo 2030 e da lista de projetos estruturantes a constar do Programa Nacional de Investimento 2030, com o PNPOT, são projetos relevantes já iniciados em 2019 e que terão desenvolvimento reforçado em 2020, no âmbito da cooperação nacional e europeia e do Conselho Superior de Obras Públicas.

Dando regularidade e consistência à iniciativa Prémio Nacional da Paisagem, em 2020, será desenvolvido o procedimento de atribuição deste prémio, tendo em vista divulgar e reconhecer projetos inovadores e exemplificativos de boas práticas e assegurar a participação portuguesa no Prémio Europeu da Paisagem em 2021.

Após a conclusão, em 2019, do desenvolvimento dos projetos de modernização de dois grandes sistemas de informação geográfica e territorial da responsabilidade da DGT - o SNIG e o SNIT – bem como da melhoria e da integração das várias plataformas colaborativas e de gestão da informação que os complementam, perspetiva-se, em 2020, a aprovação dos instrumentos legislativos propostos e, em sequência, a cabal operacionalização da ampliação do SNIT às Servidões e Restrições de Utilidade Pública e às Áreas e Operações de Reabilitação Urbana, bem como a consolidação do SNIG através do seu alargamento à participação da esfera municipal.

Estes são projetos de continuidade que visam a melhoria das funcionalidades externas e uma maior eficiência de meios e de recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços de dados, de informação e de conhecimento às instituições públicas e privadas e aos cidadãos, em alinhamento com as diretivas de promoção da disponibilização e acesso público à informação geográfica, de digitalização da sociedade e da economia e de desmaterialização, simplificação de procedimentos e modernização administrativa.

No âmbito dos sistemas de informação, releva, também, o início do projeto de reconfiguração e operacionalização do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC), em consonância com o novo regime jurídico do Cadastro Predial e com o regime jurídico da Informação Cadastral Simplificada, cuja entrada em produção é fundamental para uma melhoria da gestão e disponibilização de informação cadastral, bem como para o desenvolvimento e concretização da interoperabilidade entre sistemas de informação que permita associar a configuração geométrica, as inscrições do registo e as matrizes prediais.

A consagração do novo regime jurídico do cadastro predial configura, em 2020, uma aposta da DGT, na medida em que vai suportar uma profunda reorganização da atividade de cadastro, permitir a melhoria do desempenho interno e reposicionar a prestação de serviço público

desta entidade. Para que tal se concretize é crucial a vectorização e atualização da informação cadastral mais antiga, associada ao cadastro geométrico da propriedade rústica e a sua conversão ao novo regime, o estabelecimento de um procedimento de conservação, suportado por Técnicos de Cadastro Predial, aplicável quer a estes prédios, quer aos prédios resultantes das sete operações de cadastro experimental SINERGIC, entretanto concluídas.

No domínio da cartografia, contando já com o regime jurídico da produção cartográfica revisto e com as novas especificações técnicas para a produção de cartografia topográfica, em 2020, serão desenvolvidos um conjunto de projetos que visam otimizar e modernizar a ação da DGT no domínio da cartografia, tornando mais eficiente e eficaz a tarefa de homologação, quer através novos métodos e processos de trabalho quer através de novas ferramentas de gestão dos procedimentos, tendo em perspetiva o elevado afluxo de trabalho gerado pela necessidade alteração / revisão de planos diretores municipais em termos de classificação do solo, nos termos legais aplicáveis. Complementarmente o desenvolvimento da Base de Dados Nacional de Cartografia é um projeto da maior relevância para concretização do objetivo de cobertura nacional de cartografia topográfica 1:10.000.

Estabilizada a produção regular de Ortofotomapas e da Carta de Ocupação do Solo a DGT irá encetar, em 2020, a construção de um sistema de monitorização da ocupação do solo, baseado nestes dois produtos e enriquecido com produtos complementares resultantes da exploração de processos de deteção remota a partir de imagens de satélite do Programa Copernicus. Pretende-se garantir a produção regular de produtos de cartografia temática da responsabilidade da DGT destinados a suportar outras atividades internas, como a produção de indicadores para o OOTU e o controlo do fracionamento da propriedade fundiária no âmbito da conservação do cadastro, e também contribuir para atividades de entidades externas à DGT que carecem de informação sobre uso, ocupação e aproveitamento do solo, nomeadamente no quadro da sistema nacional de gestão integrada de fogos rurais.

Salientam-se, também, para este ano, os projetos de investigação que complementam o trabalho das áreas técnicas, contribuem para a inovação nas respostas das políticas públicas a novas problemáticas e desafios sociais e reforçam a posição da DGT como centro de competências específicas nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, cidades e paisagem, geodesia, cartografia, cadastro e informação geográfica. Em 2020, os investigadores

darão continuidade aos trabalhos de investigação e de desenvolvimento experimental e aplicado em matérias de interesse da DGT, no âmbito de projetos de investigação nacionais e europeus, e de transferência de conhecimento no âmbito de atividades desenvolvidos em articulação com o corpo técnico das unidades orgânicas e enquadradas nas áreas de interesse do OOTU.

Também neste ano, releva o incremento das atividades de cooperação europeia motivadas pela preparação da participação da DGT nas iniciativas relacionadas com a Presidência da UE, no primeiro semestre de 2021 e, consequentemente, os trabalhos técnicos de suporte a essa participação.

Por último, entende-se como prioritário e estratégico o desenvolvimento de projetos de gestão interna da DGT, em particular nos domínios da produção e disponibilização de informação de gestão e da melhoria da comunicação que podem melhorar o desempenho interno e contribuir para uma melhor prestação de serviço.

No quadro do esforço de modernização administrativa evidencia-se o projeto DIPIGEO – Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica", financiado pelo Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, cuja reprogramação física, financeira e temporal concretizada em entre 2017 e 2019 permitiu ajustar o financiamento às prioridades estratégicas da DGT e aos recursos nacionais disponíveis.

Tendo em consideração o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, foi elaborado o Plano de Formação da DGT 2018. Este plano na senda do sucedido em 2019 explora o potencial de formação interna, bem como o recurso a oportunidades formativas gratuitas proporcionadas por outras entidades, nomeadamente seminários, congressos, ou outros eventos com temáticas relevantes e sem prejuízo da participação de técnicos em eventos internacionais de especial relevância em função de áreas de interesse, retorno expectável para e recursos financeiros disponíveis. Em 2020 pretende-se consagrar um conjunto de ações de formação externa em áreas prioritárias e de forte especialização.



1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA DGT

1.1. ENQUADRAMENTO E SUA NATUREZA, MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

ENQUADRAMENTO

A Direção-Geral do Território, abreviadamente designada por DGT, foi criada pela Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

Através do Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, a estrutura orgânica da DGT foi alterada, por forma a prever a prestação centralizada de serviços comuns aos serviços da administração direta então integrados no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A estrutura nuclear da DGT, bem como as competências das diversas unidades orgânicas nucleares encontra-se plasmada na Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto.

Atualmente a DGT encontra-se na tutela do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, dependendo do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

NATUREZA

A DGT foi criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, sendo um serviço central integrado na administração direta do Estado, no âmbito do Ministério do Ambiente (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro), dotado de autonomia administrativa (Decreto

Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto).

Missão

A DGT é o organismo público nacional ao qual incumbe prosseguir as políticas públicas de ordenamento do território e de urbanismo, no respeito pelos fins, princípios gerais e objetivos consagrados na respetiva Lei de Bases, zelar pela consolidação do sistema de gestão territorial e pela aplicação e atualização do quadro legal e regulamentar que o suporta, promover e apoiar as boas práticas de gestão territorial e desenvolver e difundir orientações e critérios técnicos que assegurem uma adequada organização, valorização e utilização do território nacional, bem como a criação e manutenção das bases de dados geográficos de referência, nomeadamente do Sistema Nacional de Informação Geográfica, do Sistema Nacional de Informação Territorial e do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral, e ainda a manutenção da rede geodésica nacional e a produção de cartografia nacional de referência.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Destacam-se as seguintes:

1.	Contribuir para a definição das políticas públicas nacionais de Ordenamento do Território, Cidades e Paisagem, de Cartografia e Informação Geográfica e de Cadastro, promovendo a sua execução e assegurando a respetiva monitorização e avaliação
2.	Promover a implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e assegurar a produção do Relatório de Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOT)
3.	Desenvolver sistemas de informação geográfica e territorial - Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) - bases de dados e plataformas colaborativas para sistematização e disponibilização de informação geográfica e garantir o funcionamento do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU)
4.	Produzir, sistematizar e disponibilizar informação geográfica oficial nacional
5.	Regular o exercício de atividades e a qualidade da produção nos domínios da cartografia e cadastro
6.	Desenvolver projetos de investigação e desenvolvimento experimental inovadores e demonstradores de boas práticas, nos domínios da sua competência
7.	Coordenar a atividade de órgãos consultivos, designadamente a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia, o Conselho Orientador do Sistema Nacional de Informação Geográfica e a Comissão de Arquitetura e Paisagem e integrar o Conselho Superior de Obras Públicas
8.	Assegurar a representação nacional e internacional nos domínios da sua competência.

1.2. ESTRUTURA DA DGT

A DGT é dirigida por uma diretora-geral, coadjuvada por três subdiretores-gerais, os quais exercem as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas.

A DGT estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);

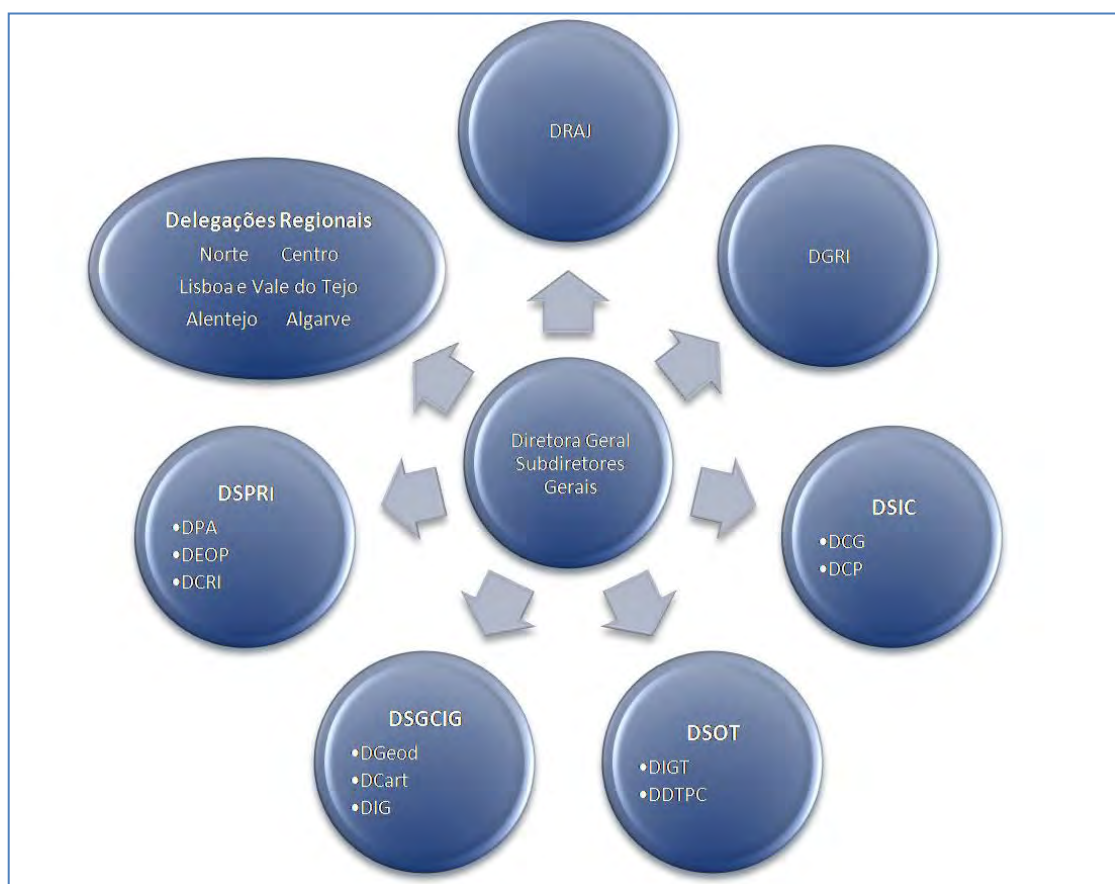
Direção de Serviços de Informação Cadastral (DSIC)

Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCIG)

Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio (DSPRI)

Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica (DRAJ)

Divisão de Gestão de Recursos Informáticos (DGRI)



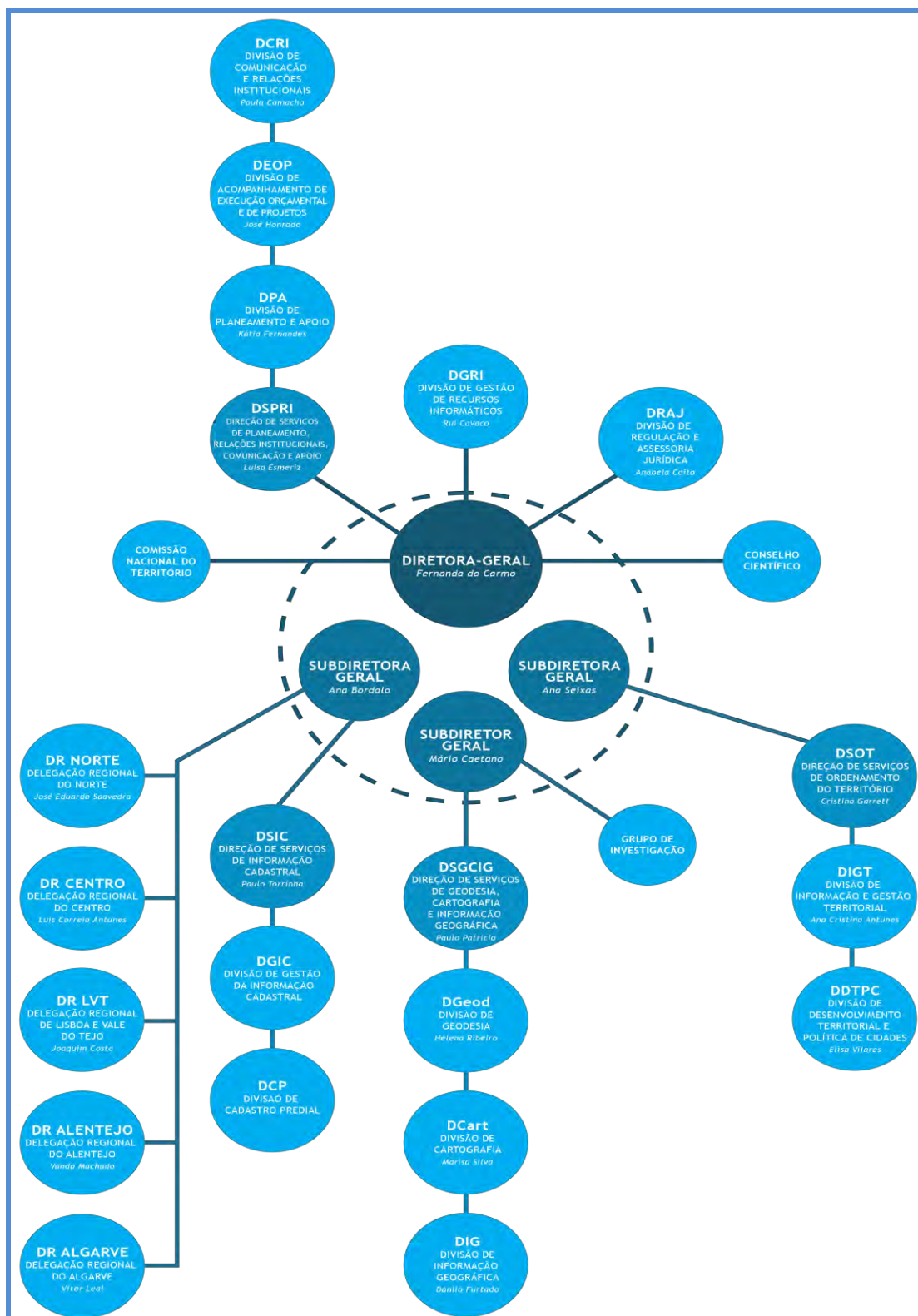
As **Delegações Regionais**, previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 março, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 153/2015, de 7 de agosto, e no n.º 7 da Portaria n.º 265/2015, de 31 de agosto, são unidades flexíveis, em número de cinco, com competências no âmbito das atribuições da DGT, que prestam apoio às unidades orgânicas, quando solicitado:

- a) Delegação Regional do Norte, com sede em Santa Maria da Feira, e com um pólo em Mirandela;
- b) Delegação Regional do Centro, com sede em Castelo Branco e um pólo em Condeixa-a-Nova;
- c) Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Santarém;
- d) Delegação Regional do Alentejo, com sede em Beja;
- e) Delegação Regional do Algarve, com sede em Faro e um posto de atendimento em Portimão.



O **Conselho Científico** da DGT é um órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação e nas tomadas de decisão da diretora-geral no que se refere à atividade científica da DGT. Esta atividade é assegurada por um grupo de investigadores, funcionalmente dependentes da direção da DGT.

ORGANOGRAMA DA DGT



Junto da DGT funcionam a Comissão Nacional do Território, o Conselho Coordenador de Cartografia e o Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica:

Comissão Nacional do Território

A Comissão Nacional do Território (CNT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com a atribuição de coordenar a execução da política nacional do ordenamento do território, sustentada em indicadores qualitativos e quantitativos dos instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública e servidões administrativas.

A CNT funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território, competindo-lhe:

1. Acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na lei de bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo;
2. Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas ao ordenamento do território, por sua iniciativa ou a solicitação do membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território;
3. Acompanhar e monitorizar a elaboração do relatório nacional sobre o estado do ordenamento do território;
4. Recomendar a elaboração, alteração ou revisão dos relatórios periódicos de avaliação sobre o desenvolvimento das orientações fundamentais do programa nacional da política de ordenamento do território, em especial sobre a articulação das estratégias setoriais;
5. Apresentar à DGT propostas de elaboração de normas técnicas e procedimentos uniformes para todo o território nacional a aplicar pelos organismos com responsabilidades e competências em matéria de ordenamento do território;
6. Apresentar à DGT propostas de elaboração de manuais técnicos de boas práticas em política de ordenamento do território;
7. Publicar os relatórios, pareceres ou quaisquer outros trabalhos emitidos ou realizados no âmbito das suas competências;
8. As demais competências previstas no decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da REN, a CNT sucede nas atribuições da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, bem como em todas as posições jurídicas assumidas por esta.

Conselho Coordenador de Cartografia

O Conselho Coordenador de Cartografia (CCC) é o órgão de coordenação da atividade dos organismos e serviços públicos legalmente competentes para produzir cartografia.

O CCC foi criado e é regulado pelo Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 52/96, de 18 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 59/2002, de 15 de março, pelo Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro.

Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica

O Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, com vista a assegurar a coordenação estratégica do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG). O Decreto-Lei n.º 84/2015, de 21 de maio, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, modificando a composição do CO-SNIG.

A 16 de março de 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 29/2017, que constitui a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 180/2009, 7 de agosto.

Esta última alteração legislativa teve por objetivo dar cumprimento às observações que foram aduzidas pela Comissão Europeia e, assim, colmatar algumas lacunas e deficiências verificadas na transposição da Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de março de 2007, mais conhecida por Diretiva INSPIRE.

Este Conselho tem intervenção em diferentes aspetos associados ao desenvolvimento do SNIG, como por exemplo, a aprovação das orientações estratégicas e dos objetivos gerais do SNIG, a promoção da boa articulação entre os membros da rede do SNIG e a apreciação de eventuais situações de divergência de interesses.

Em resultado da última alteração efetuada ao Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, através do Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março, o CO-SNIG passou a incluir todas as entidades com responsabilidades identificadas na produção de informação geográfica, ficando mais participado e plural, prevendo-se ainda que entidades agora não integradas o possam vir a ser no futuro, nomeadamente aquelas que venham a adquirir responsabilidades na produção de informação geográfica.



2. OBJETIVOS DA DGT PARA 2020

2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1

Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e reportar o estado do ordenamento do território

2

Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial

3

Otimizar a produção e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial

4

Reformar o Sistema de Cadastro Predial

5

Melhorar o desempenho organizacional, promover o desenvolvimento e reforçar a projeção da DGT

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais a prosseguir pela DGT foram definidos com base nos objetivos estratégicos e enquadram os projetos e atividades a desenvolver ao longo do ano pelo conjunto das unidades orgânicas.

A definição dos objetivos operacionais e dos respectivos projetos e atividades formam o referencial do estabelecimento de objetivos de desempenho da DGT e das suas unidades orgânicas, bem como dos objetivos de desempenho individuais dos seus dirigentes e dos trabalhadores.



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE1

Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e reportar o estado do ordenamento do território

OOp <i>n</i>	Descrição
OOp 1.1	Observar as dinâmicas territoriais
OOp 1.2	Promover, monitorizar e avaliar as medidas de política de ordenamento do território, cidades e paisagem
OOp 1.3	Promover projetos inovadores e novas abordagens de sustentabilidade
OOp 1.4	Promover a investigação aplicada ao território



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE2

Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial

OOp <i>n</i>	Descrição
OOp 2.1	Ampliar o Sistema Nacional de Informação Territorial
OOp 2.2	Consolidar o Sistema Nacional de Informação Geográfica
OOp 2.3	Concetualizar e desenvolver o Sistema Nacional de Informação Cadastral



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE3

Otimizar a produção e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial

OOp <i>n</i>	Descrição
OOp 3.1	Concetualizar e desenvolver a Base de Dados Nacional de Cartografia
OOp 3.2	Produzir e disponibilizar dados e produtos cartográficos oficiais
OOp 3.3	Modernizar a regulação do exercício das atividades de geodesia, cartografia e cadastro



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE4

Reformar o Sistema de Cadastro Predial

OOp <i>n</i>	Descrição
OOp 4.1	Promover o novo regime jurídico do Cadastro Predial
OOp 4.2	Desenvolver modelos de dados partilhados e ferramentas de interoperabilidade externa
OOp 4.3	Assegurar a execução e conservação do cadastro



OBJETIVOS OPERACIONAIS DO OE5

Melhorar o desempenho organizacional, promover o desenvolvimento e reforçar a projeção da DGT

OOp <i>n</i>	Descrição
OOp 5.1	Preparar a participação da DGT na presidência da União Europeia
OOp 5.2	Assegurar a cooperação nacional e europeia
OOp 5.3	Coordenar e participar em órgão consultivos
OOp 5.4	Modernização e otimização da infraestrutura física e tecnológica
OOp 5.5	Promover a eficiência e eficácia dos procedimentos administrativos
OOp 5.6	Capacitar os recursos humanos da DGT

A relação entre os objetivos operacionais e os projetos e atividades é indicada no quadro do Anexo I - Projetos e Atividades para 2020, que sistematiza os projetos a desenvolver por cada unidade orgânica.

2.3. QUAR - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2020

Alinhamento entre os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais da DGT:

	OE1: Implementar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e reportar o estado do ordenamento do território	OE2: Modernizar e desenvolver os sistemas de informação geográfica, cadastral e territorial	OE3: Otimizar a produção e disponibilização de informação geodésica e geográfica oficial	OE4: Reformar o Sistema de Cadastro Predial	OE5: Melhorar o desempenho organizacional, promover o desenvolvimento e reforçar a projeção da DGT
OOP1 - Elaboração de propostas de legislação e de regulamentação	☒	☒	☒	☒	
OOP2 - Implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	☒				
OOP3 - Elaboração de Cartografia			☒		
OOP4 - Execução e Gestão de Cadastro				☒	
OOP5 - Sistemas de Informação Geográfica e Territorial		☒	☒	☒	
OOP6 - Sensibilização dos cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem, geodesia cartografia, cadastro e informação	☒	☒	☒	☒	☒
OOP7 - Promover a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e motivar os trabalhadores da DGT					☒

Indicadores, metas e ponderações do QUAR:

Objetivos Operacionais (OOP)										
EFICÁCIA									PESO: 25%	
OOP1	Elaboração de propostas de legislação e de regulamentação								Peso:	40%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind1	Número de propostas apresentadas, incluindo o novo Regime do Cadastro Predial	4	4	2	1	3	100%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP1		#VALOR!
OOP2	Implementação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território								Peso:	30%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind2	Data da 1ª reunião do Fórum Intersectorial - Até 60 dias após a publicação do Diploma legal de constituição do Fórum	NA	NA	30-set	10	15-set	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind3	Data de disponibilização ao público do portal do PNPOt renovado	NA	NA	30-set	5	15-set	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP2		#VALOR!
OOP3	Elaboração de Cartografia								Peso:	30%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind4	Data da conclusão do modelo de governança, da estratégia e dos requisitos técnicos de implementação, exploração e manutenção da Base de Dados Nacional de Cartografia	NA	NA	15-dez	10	01-dez	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind5	Nº de imagens-mosaico intra-anuais de Portugal Continental do satélite Sentinel 2	NA	NA	2	1	4	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind6	Data da disponibilização da COSim 2018	NA	NA	20-dez	5	15-dez	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP3		#VALOR!
EFICIÊNCIA									PESO: 25%	
OOP4	Execução e Gestão de Cadastro								Peso:	50%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind7	Número de concelhos vetorizados e atualizados, disponibilizados por serviços web em ETRS89	NA	NA	25	3	30	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind8	Número de concelhos vetorizados de acordo com reorganização administrativa	NA	NA	3	1	5	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP4		#VALOR!
OOP5	Sistemas de Informação Geográfica e Territorial								Peso:	50%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind9	Data de disponibilização da plataforma para gestão, monitorização e reporte dos procedimentos de homologação	NA	NA	15-dez	10	01-dez	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind10	Data de disponibilização de novo módulo SRUP	NA	NA	15-dez	10	30-nov	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind11	Data da disponibilização da plataforma digital do OOTU para a disponibilização do sistema nacional de indicadores territoriais, operacional	NA	NA	15-dez	10	30-nov	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP5		#VALOR!

QUALIDADE
PESO: 50%

OOP6		Sensibilização dos cidadãos para as temáticas do ordenamento do território, urbanismo, cidades, paisagem , geodesia cartografia, cadastro e informação geográfica							Peso:	50%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind12	Número de conferências/workshops/seminários efetuados	15	15	10	1	12	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind13	Número de páginas do Museu Virtual atualizadas	NA	4	4	1	6	50%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
Ind14	Número de newsletters Fórum Cidades enviadas	31	NA	20	2	24	25%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP6		#VALOR!
OOP7		Promover a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e motivar os trabalhadores da DGT							Peso:	50%
	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 15	Percentagem de trabalhadores que frequentem ações de formação	NA	NA	10%	3%	15%	100%	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!
100%								Taxa de Realização do OOP7		#VALOR!



3. RECURSOS

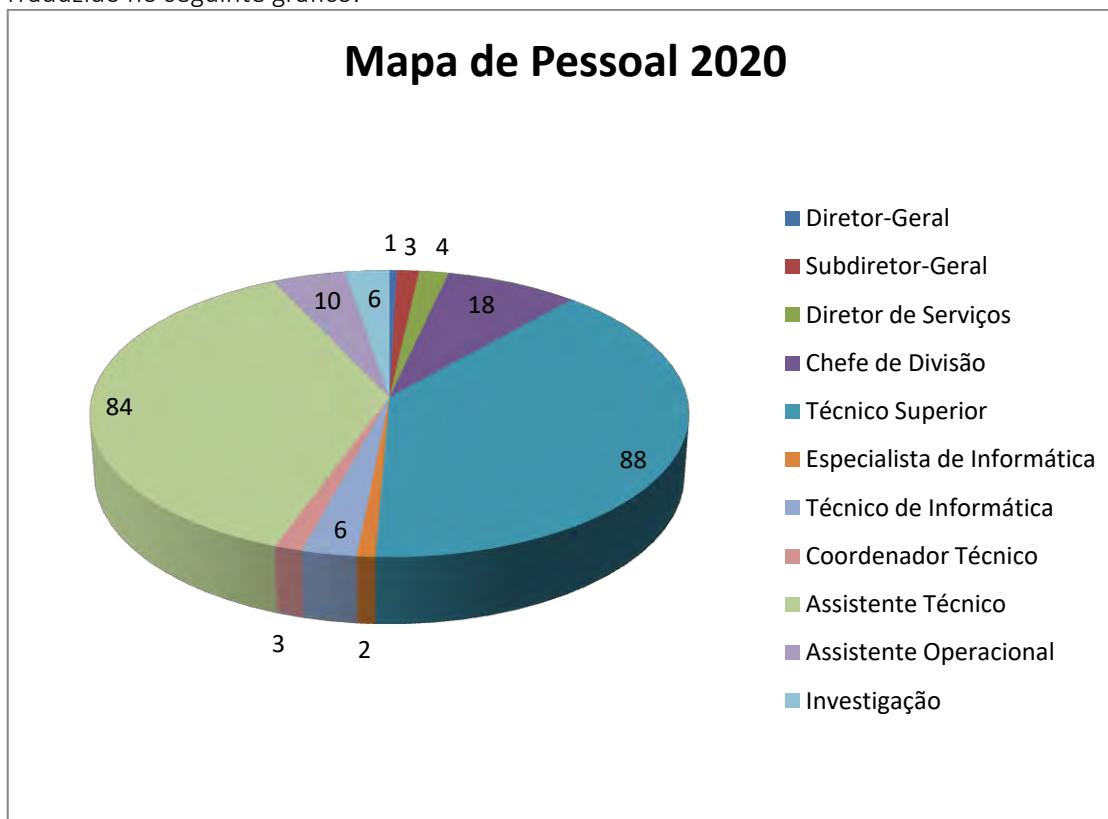
3.1. RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal aprovado pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática para a DGT em 2020 contempla 225 trabalhadores aos quais se aplica o regime de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, constante da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na sua versão atual).

No quadro seguinte apresenta-se o [Mapa de pessoal da DGT previsto para 2020](#):

Cargo/Carreira/Categoria	N.º de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	3
Diretor de Serviços	4
Chefe de Divisão	18
Técnico Superior	88
Especialista de Informática	2
Técnico de Informática	6
Coordenador Técnico	3
Assistente Técnico	84
Assistente Operacional	10
Investigação	6
TOTAL	225

Traduzido no seguinte gráfico:



O mapa de pessoal de 2020 da DGT, prevê uma diminuição de 2 postos de trabalho face ao mapa aprovado para 2019, passando a uma dotação de 225 postos de trabalho

A DGT é afetada por uma acentuada carência de recursos humanos, em particular de recursos humanos qualificados, o que condiciona a respetiva atuação, sendo passível de comprometer a prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

Os mapas de pessoal aprovados nos últimos anos constituíram uma herança que se afigura desajustada face aos novos desafios com que a instituição se depara, concretamente de natureza tecnológica, pelo que para 2020 se considerou fundamental reorganizar o de pessoal da DGT, reforçando os postos de trabalho na carreira de técnico superior, em ordem a fazer face a um novo paradigma de exigência tecnológica e da premência em qualificar o mapa de pessoal, inclusivamente decorrente de imposições legais, designadamente:

- a agilização da criação do Observatório do Ordenamento do Território, determinada pela Assembleia da República, na decorrência da aprovação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, implicando o acréscimo de previsão de um Chefe de Equipa Multidisciplinar, equiparado a chefe de divisão, e de 2 postos da carreira de técnico superior;
- a utilização de recursos humanos próprios, ou seja, sem recurso a externalização, nas tarefas de produção de ortofotomapas e da produção da Carta de Ocupação do Solo, sublinhando-se a sua relevância para a implementação do Plano Nacional de Fogos Florestais ;
- na área do cadastro e no âmbito de uma reorganização das unidades flexíveis que prosseguem estas atribuições, a criação de uma unidade orgânica cujas competências incidem no Sistema Nacional de Informação Cadastral, em ordem a permitir articular de forma eficiente, a nível tecnológico, o SNIC com o Balcão Único do Prédio (BUPi), criado pela Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, importando realçar que a DGT deverá disponibilizar no BUPi a informação sobre os elementos cadastrais existentes, procedendo para o efeito à respetiva informatização e vectorização, até 31.12.2022, nos termos do disposto na Lei n.º 65/2019, que mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS

No que concerne aos recursos financeiros, a DGT dispõe de receitas provenientes de dotações de receitas gerais (Orçamento do Estado), dispondo ainda de receitas próprias, que arrecada durante o ano económico.

O orçamento da DGT para o ano de 2020 foi elaborado com base no *plafond* atribuído pelo Ministério do Ambiente e da Transição Ação Climática:

Plafond: **€ 7.000.000:**

Orçamento de Funcionamento: € 6.500.000

Orçamento de Investimento: € 500.000

Orçamento da DGT 2020 – dotação inicial do orçamento (sem cativações €)

Orçamento de Funcionamento (OF)	8.717.197 €
Despesas c/Pessoal	6.906.190 €
Aquisições de Bens e Serviços	1.356.586 €
Transferências	88.241€
Outras despesas correntes	106.333€
Despesas de capital	259.847€
Orçamento de Investimento (OI)	2.604.984€
Total (OF+OI)	11.322.181€

Relativamente à previsão da despesa orçamentada, salienta-se que a transferência do Orçamento do Estado é afeta exclusivamente a despesas com o pessoal e que o diferencial da despesa global estimada terá de ser financiado por Receitas Próprias.

O quadro infra traduz a evolução dos orçamentos de funcionamento e de investimento nos últimos quatro anos:

	€		
	Orçamento Funcionamento	Orçamento Investimento	TOTAL
2016	7.353.416	477.086	7.830.502
2017	7.569.294	1.016.710	8.586.004
2018	8.035.424	1.074.224	9.109.648
2019	8.596.583	2.294.197	10.890.780

Orçamento de Investimento

O Orçamento de Investimento engloba Projetos que preveem ações de carácter específico relacionadas com as atribuições da DGT, designadamente nas matérias de ordenamento do território, cadastro e sistemas de informação, conforme se pode constatar pela análise do quadro infra:

Projetos financiados pelo Orçamento de Investimento	
Carta Registo de Incêndio	50.146,00 €
Iniciativa Nacional Cidades - CIR	482.427,00 €
Mecanismo integração informação DGT na IFAMA - Plataforma Única Inspeção e Fiscalização Agricultura, Mar e Ambiente	5.000,00 €
Implementação das Orientações Estratégicas da REN	37.447,00 €
Implementação e monitorização do PNPOT	50.000,00 €
CD7 - Caracterização Definitiva dos 7 Concelhos objeto de execução de Cadastro Predial	20.000,00 €
DIPIGeo - Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica	1.039.893,00 €
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO, INTEROPERABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DE RECURSOS	50.100,00 €
Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Monchique	91.750,00 €
C4G - Colaboratório para as Geociências (Projetos de infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico)	26.000,00 €
COS - CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO	50.000,00 €
RHIGLOCAL - Registo e Harmonização de Informação Geográfica da Administração Pública Local	160.000,00 €
INM - Infraestrutura Nacional de Moradas	25.000,00 €
ITERRITÓRIO - Modelação Inteligente do Acesso Territorial a Serviços de Interesse Geral	141.384,00 €
SMOS - Sistema de Monitorização de ocupação do Solo	143.900,00 €
LIDAR - Cobertura Lidar do Território de Portugal Continental com Tecnologia LIDAR (Light Detection And Ranging)	231.937,00 €
TOTAL	2.604.984,00 €



4. IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

No âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, a DGT concorreu para a elaboração do Plano de Ação Setorial para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014/2017, o qual visava integrar a dimensão de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente.

A DGT contribuiu para elaboração do novo plano estratégico nacional, o qual abarca a centralidade do conceito do *mainstreaming* de género – a integração da perspectiva de género no desenvolvimento das políticas públicas e nas atividades dos organismos públicos.

Em simultâneo será dada continuidade às ações de manutenção/atualização da página e dos conteúdos disponibilizados na internet quanto à temática "Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação", consubstanciando um meio de constante publicitação e sensibilização da temática em todo o organismo.

Continuaremos também a privilegiar os meios de divulgação tradicionais de toda a informação relativa à temática da igualdade de género e combate à discriminação, nomeadamente a afixação de informação nos locais tradicionais de estilo.

A DGT participará ainda nas reuniões dos pontos focais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação dos serviços do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

A DGT
ATIVIDADES
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
SERVIÇOS
LOJA
CONTACTOS

QUAR
Planos e Relatórios de Atividades
Balço Social
Avaliação de desempenho
Informação financeira
Recrutamento
Contratação pública
Mapa de pessoal
Outros instrumentos

A DGT >> Instrumentos de gestão >> Outros instrumentos

Outros instrumentos

Fichas de projeto Portugal 2020
Proteção de dados
Igualdade de género

Plano que reafirma o compromisso na promoção da igualdade de género em todas as áreas da governação.

O Plano de Ação Setorial para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação visa integrar a dimensão de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa dos serviços e organismos do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

O Plano de Ação do Ministério do Ambiente e da Ação Climática concorre para os objetivos consagrados na [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual"](#), aprovada pelo XXI Governo Constitucional a 8 de março de 2018, publicada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio), a qual reconheceu a Igualdade e a Não Discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, o XXI Governo Constitucional definiu eixos e objetivos estratégicos até 2030.

- [Igualdade de Género em Portugal - 2018](#)
- [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 \(ENIND\)](#)

5. REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS

A DGT assegura o acompanhamento das atividades de ordenamento do território, do urbanismo, das cidades, da paisagem, da geodesia, da cartografia, do cadastro e da informação geográfica, no quadro da cooperação institucional, das organizações internacionais, da cooperação para o desenvolvimento, assegurando concomitantemente a representatividade, quer nacional quer internacional, junto de diversas entidades e organismos nas áreas referidas.

De entre as suas inúmeras atribuições a Direção-Geral deve promover, coordenar, apoiar, realizar, participar e divulgar programas e projetos de investigação científica, bem como o

32

desenvolvimento experimental nacional, comunitário e internacional, nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo e da informação geográfica.

O quadro infra sintetiza as representações em organismos/entidades ou grupos de trabalho a nível internacional:

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Conselho da Europa	CEMAT - Council of Europe Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional Planning.
	Comité Diretor da Cultura Património e Paisagem
	Convenção Europeia da Paisagem
OCDE	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 1/3 grupos de trabalho: 1. WPURB - Grupo das Políticas Territoriais em Áreas Urbanas
	Comité das Políticas de Desenvolvimento Regional - 2/3 grupos de trabalho: 2. WPTI - Estatísticas Territoriais; 3-Desenvolvimento Rural
União Europeia	EU Expert Group on Soil
	EIONET National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning
	EIONET National Reference Centre for Land Cover
	ESPON 2020 – Comité de Monitorização
	ETGUM - Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matter
	NTCCP - (Network of Territorial Cohesion Contact Points)
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Desenvolvimento Urbano)
	Reuniões de Diretores Gerais dos MEU (Coesão Territorial)
União	RFSC - Reference Framework for Sustainable Cities

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
Europeia	UDG - Urban Development Group
	URBACT III - Comité de Monitorização
	URBACT III - Grupo de Ligação
	URBACT III - NUP
	Grupo Informal da Agenda Urbana para a União Europeia
	Expert Working Group on Climate Change and Territorial Development
	CPC-EU - Comité Permanente de Cadastro
INSPIRE	INSPIRE Committee
	INSPIRE National Contact Point
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Policy subgroup (MIG-P)
	INSPIRE – Maintenance and Implementation Group – Technical subgroup (MIG-T)
ONU	HABITAT III (responsabilidades de reporte - resposta à SG - MNE - Missão PT em Nairobi)
	União para o Mediterrâneo sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável
Geodesia	EUREF - European Reference Frame
	IUGG - International Union of Geodesy and Geophysics
	SPUIAGG - Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Geofísica
Cadastro	ICA - International Cartographic Association
Cadastro	Comité Permanente de Cadastro - CPC Iberoamericano

Organismo / temática	Designação do Grupo de Trabalho / Comissão
	WPLA - Working Party on Land Administration
Informação Geográfica	EuroGeographics - European National Mapping and Cadastral Agencies Expert Group Land Use and Spatial Planning - (LSU/ESA) WG1 – Legal and Commercial Issues WG Quality & Standards WG Geodesy Projecto SABE - Seamless Administrative Boundaries of European Projecto EuroGlobalMap Projecto EuroRegionalMap Projecto EuroMapFinder Projecto Pricing & Licensing Projecto EuroSpec
	DIGSA - Directores dos Institutos Geográficos da América do Sul, Espanha e Portugal
	EARSel - European Association of Remote Sensing Laboratories
	GISIG - Geographical Information Systems International Group
	CIL - Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha
	Grupo de peritos de Nomes Geográficos das Nações Unidas
	Conselho Superior Geográfico de Espanha
	Group for Earth Observation (GEO) Plenary Committee
	Group for Earth Observation (GEO) European High Level Policy Group
	Copernicus Committee
	European Space Agency (ESA) Programme Board on Earth Observation (PBEO)



6. PLANO DE FORMAÇÃO

Considerando que o novo regime de formação profissional na Administração Pública, definido no Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, pressupõe a elaboração pelos órgãos e serviços do Plano de Formação, devidamente orçamentado, inserto no ciclo de gestão e fazendo parte do Plano de Atividades, a DGT procedeu à elaboração do respetivo Plano de Formação.

No âmbito deste novo regime, assume especial relevância a formação contínua dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública, permitindo a atualização e a valorização pessoal e profissional dos mesmos ao longo da carreira profissional, em ordem a aplicar os conhecimentos e a transferi-los para o exercício do trabalho, inclusivamente habilitando os formandos ao desempenho de novas atividades profissionais (Cfr. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016).

No atual circunstancialismo com que se depara a Administração Pública, a capacidade de adaptação à mudança assume-se, cada vez mais, como uma componente essencial do sucesso das suas instituições, considerando as necessidades dos colaboradores e alinhando-as com os objetivos da organização, em ordem a alcançar níveis adequados de eficácia, qualidade e eficiência.

Neste contexto, a elaboração do plano de formação assentou num pressuposto de maximização de oportunidades formativas e de gestão eficiente dos recursos, tendo sido privilegiadas as ações de formação interna e, de entre estas, as que de forma mais imediata contribuem para a melhoria do desempenho individual e organizacional, balanceadas, sempre que o enquadramento orçamental o permita, por formação ministrada por entidades externas à DGT.

A formação externa será programada ao longo do ano, sendo que serão privilegiadas ações que permitam suprir necessidades coletivas e colmatar necessidades específicas. Neste

particular, a DGT encontra-se a articular com a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), a viabilidade de ser estabelecido um Protocolo com a referida entidade, passível de enquadrar as mencionadas ações passíveis de suprir necessidades coletivas.

Em ordem a otimizar os recursos disponíveis será equacionada a frequência de ações de formação especializada externa, incidentes nas áreas de atuação da DGT, cuja frequência está sempre dependente da necessária disponibilidade orçamental.

De igual modo, será prestada particular atenção às eventuais oportunidades formativas proporcionadas por outras entidades (seminários, congressos, etc.), ou outras de formação especializada que se revele fundamental, bem como o catálogo de oferta formativa da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Ao longo do ano serão efetuadas as alterações e atualizações tidas por adequadas para o cumprimento dos objetivos atinentes à formação profissional dos trabalhadores da DGT.

O Plano de Formação para o ano 2020 consolida o anexo II ao presente Plano de Atividades.



7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não estão previstas iniciativas de publicidade institucional organizadas pela DGT.



8. LISTA DE ACRÓNIMOS

BDNC - Base de Dados Nacional de Cartografia

BUPI - Balcão Único do Prédio

CAP - Comissão de Arquitetura e Paisagem

CCC - Conselho Coordenador de Cartografia

CNT - Comissão Nacional do Território

CO SNIG - Conselho Orientador do Sistema Nacional e Informação Geográfica

CSOP - Conselho Superior de Obras Públicas

COS - Carta de Ocupação do Solo

DGT - Direção-Geral do Território

DRAG - Divisão de Regulação e Assessoria Jurídica

DRAlen - Delegação Regional do Alentejo

DRAlg - Delegação Regional do Algarve

DRNorte - Delegação Regional do Norte

DRCentro - Delegação Regional do Centro

DRLVT - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DSGCIG - Direção de Serviços de Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica

DGRI - Divisão de Gestão de Recursos Informáticos

DR - Delegação Regional

DSIC - Direção de Serviços de Informação Cadastral

DSOT - Direção de Serviços de Ordenamento do Território

DSPRI - Direção de Serviços de Planeamento, Relações Institucionais, Comunicação e Apoio

DIPIGEO - Desmaterialização, Interoperabilidade e Partilha de Informação Geográfica

ECS - Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

IGT - Instrumentos de Gestão Territorial

INV - Investigadores

OE - Objetivo Estratégico

OF - Orçamento de Funcionamento
OI - Orçamento de Investimento
Oop - Objetivo Operacional
OOTU - Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
PA - Plano de Atividades
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização
REN - Reserva Ecológica Nacional
REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território
SNIC - Sistema Nacional de Informação Cadastral
SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica
SNIT - Sistema Nacional de Informação Cadastral
UE - União Europeia

Anexo I

Projetos e Atividades 2020

II. PROJETOS e ATIVIDADES 2020

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.1	1	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo	1 – Sistema Nacional de Indicadores Territoriais constituído na Versão 1.0 2-Plataforma digital do OOTU para a disponibilização do sistema nacional de indicadores territoriais, operacional 3 – Folhetos informativos a partir de informação do OOTU 4 -REOT 1.0 concluído	DSOT	1 – Data de conclusão 2 – Data de disponibilização 3- Nº de folhetos 4 – Data de Publicação	1 - 29 fev 2 – 31 mar 3 - 5 4 – 31 mar	
OE1	OOP1.1	2	Investigação e desenvolvimento para a produção de Indicadores territoriais	Indicadores a disponibilizar no OOTU relativos a: 1- estrutura da propriedade fundiária 2- conectividade ecológica 3- erosão do solo 4- artificialização do solo e edificação 5 - proteção de reservas de água	DSOT INV	1 a 5- Data de disponibilização	1-30 mar 2 a 5 -- 20 dez	
OE1	OOP1.2	3	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT	1- PNPOT- versão editada pela DGT da Lei n.º 99/2019 2-Fórum Intersectorial operacional 3-Sistema de monitorização e avaliação da execução do Programa de Ação do PNPOT 4 - Portal PNPOT renovado e atualizado	DSOT	1– Data de disponibilização 2 – Data da 1ª reunião 3 – Data da constituição 4 – Data de disponibilização 4.1 – Nº de notícias	1 - 31 jan 2 – Até 60 dias após a publicação do Diploma legal de constituição do Fórum 3 –1ª reunião do Fórum Intersectorial 4 - 30 mar 4.1 - 12	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.2	4	Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 - ECS	1-Fórum das Cidades- Plataforma dinâmica e atualizada 2-Conteúdos de política de cidades desenvolvidos para a Estratégia Portugal 2030 e colaboração com a AD&C, PO e Observatórios	DSOT	1.1 – Nº de <i>newsletters</i> 1.2 – Nº de subscritores e seguidores 1.3 – Nº de notícias 2 - % de contributos para PT2030/ total de solicitações	1.1 - 24 1.2 - 3.200 1.3 – 100 2 – 90%	
OE1	OOP1.2	5	URBACT Nacional	1 - Plano de Trabalhos 2020 executado material e financeiramente 2 - Comunicação URBACT garantida na plataforma URBACT@Portugal 3 - Eventos de divulgação URBACT	DSOT	1 - Taxa de execução 2 – Nº de <i>newsletters</i> 3 – Nº de eventos 3.1 – Nº de ações de acompanhamento	1 - 90% 2 - 12 3 - 5 3.1 - 15	
OE1	OOP1.2	6	Política de Paisagem	1 - 3ª Conferência Nacional da Paisagem 2- Prémio Nacional da Paisagem 3 – Portal da Paisagem atualizado com conteúdos regulares	DSOT	1 - Nº de eventos 2 - Data de lançamento do prémio 3 – Nº de Conteúdos	1 - 1 2 - < 15 jun 3 - 12	
OE1	OOP1.2	7	Reserva Ecológica Nacional	1 – Projetos de Portarias legislativas concluídas – (propostas de alteração da Portaria n.º 419/2012 e da Portaria n.º 360/2015 2 –Ações de formação executadas sobre cartografia de identificação de zonas homogéneas de limiar crítico de perda de solo	DSOT	1 – Data de conclusão 2 - Nº de sessões	1 - 30 jan 2 - 5	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.3	8	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	1 - Proposta de RCM de aprovação e definição do financiamento do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra nos concelhos de Monchique e Silves 2 - Apresentação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra nos concelhos de Monchique e Silves 3- Novos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra lançados	DSOT	1 - Data de conclusão 2 - Data de apresentação 3- Data de lançamento	1 – 30 mar 2 - 30 abr 3- 20 dez	
OE1	OOP1.3	9	Iniciativa Nacional Cidades Circulares	1- Redes cidades circulares constituídas 2- Protocolos de financiamento celebrados com as cidades 3-Execução material e financeira do programa e pacote financeiro do Fundo Ambiental cumprido	DSOT	1 – Nº de municípios em redes 2 – Data de celebração 3 - Taxa de execução material e financeira	1 - >20 2 - 31 out 3 –25% de taxa de execução financeira 3.1 - 70% de taxa de execução material	Projeto dependente da publicação de PEE 2020-2022
OE1	OOP1.3	10	Projeto i-Território	1-Contratualização com parceiros do projeto 2-Definição da informação a explorar no projeto 3- Modelo(s) de análise e processamento (ciência dos dados e inteligência artificial) (Fase A) implementados- Versão de testes 3-Prototipagem do sistema de implementação dos modelos (Fase A)	DSOT	1 – Data de contratualização 2- Data de conclusão 3 – Data de validação 4 – Data de disponibilização	1 - 30 mar 2- 30 abril 3 - 30 set 4 - 15 dez	
OE1	OOP1.3	11	Roteiro Nacional para Adaptação XXI- avaliação socio-económica das vulnerabilidades climáticas em diferentes cenários	1 – Resultados parciais partilhados entre os parceiros para a implementação dos projetos WP1,WP2 e WP3 2- Workshops e reuniões técnicas realizadas	DSOT	1- Data de conclusão 2- Nº de reuniões	1- 20 dez 2- 3	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE1	OOP1.4	12	Sistemas de sensorização, de informação e de comunicações de emergência e sua integração nos processos de decisão - foRESTER	1 - Mapa de ocupação do solo para modelos de propagação de incêndios para a área de estudo 2 - Melhoramento da metodologia para produção dos mapas de ocupação do solo para modelos de propagação de incêndios	DSGCIG INV	1 e 2 - Data de conclusão	1– 30 mai 2 - 15 dez	
OE1	OOP1.4	13	Sistema de Análise Espacial em Geomorfologia Litoral e Erosão Hídrica	1 - Produção de conteúdos para outros projetos	INV	1- Nº de projetos	1 -2	
OE1	OOP1.4	14	Informação Geográfica Voluntária e infraestruturas de informação geográfica	1 - Conceção de caso de estudo para o SNIG 2 - Relatório de revisão de experiências existentes e identificação de boas práticas	INV	1 e 2 - Data de conclusão	1 – 31 dez 2 – 31 dez	
OE1	OOP1.4	15	Modelo Sustentável de Ordenamento do Território para a prevenção dos incêndios rurais - SCAPEFIRE	1 – Adaptação da Carta de Ocupação de Solo (COS) para alimentação do modelo e atualização da COS para as áreas de estudo do projeto	INV DSGCIG	1 - Data de conclusão	1- 15 dez	
OE1	OOP1.4	16	Dinâmicas de Artificialização do Solo - DinArtS	1- Produção de indicadores que possibilitam avaliar o consumo de solo para fins urbanos (e.g. Land Take). 2- Relatório sobre as dinâmicas de artificialização do solo no período 1990-2018, através da análise de informação sobre a ocupação do solo extraída da COS (análise desagregada por município)	INV	1 a 2 -Data de conclusão	1- 15 dez 2- 31 dez	
OE1	OOP1.4	17	Carta Nacional de Perigosidade de Incêndio e Modelação de apoio ao planeamento e gestão da floresta e do território	1–Áreas edificadas tipificadas 2- Metodologia adotada na produção da cartografia de macro-risco de incêndio urbano-florestal (ensaio) 3 - Cartografia de macro-risco de incêndio urbano-florestal com	INV DSOT	1 a 5 - Data de conclusão	1 - 1 mar 2- 1 mar 3– 31 jul 4 e 5- 31 dez	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				base na COS 2018 actualizada 4 – Relatório de Diagnóstico de limitações e oportunidades de articulação entre os instrumentos de planeamento e gestão da floresta e os Instrumentos de Gestão Territorial 5- Recomendações para o sistema de planeamento e gestão territorial na ótica da GIFR				
OE1	OOP1.4	18	Cross Harmonization & HPC modelization of Forest Datasets: CROSS-FOREST	1 – Avaliação Preliminar de Resultados do projeto 2 – Estudo de novo modelo de dados da COS aplicado ao Cross-Forest	INV DSGCIG	1 e 2 - Data de conclusão	1 - 30 jun 2 – 31 dez	
OE1	OOP1.4	19	Sistema de Reconhecimento Terrestre do IPSentinel - IPSTERS	1– Reuniões do grupo de trabalho de entidades da Administração Pública de acompanhamento do projeto 2– Protótipos de produto cartográficos de valor acrescentado a disponibilizar no IPSentinel	DSGCIG	1– Nº de reuniões 2 - Data de conclusão	1 - 2 2 - 15 dez	
OE1	OOP1.4	20	Framework Partnership Agreement on Copernicus User Uptake - FPCUP	1 - Ações de formação e de promoção das imagens de satélite e dos produtos do programa Copernicus na Administração Pública 2 - Reunião técnica com o Instituto Geográfico Nacional (Espanha) para promover a cooperação em temáticas relacionadas com o Programa Copernicus	DSGCIG	1 e 2 - Número	1 - 3 2 - 1	
OE2	OOP2.1	21	Sistema Nacional de Informação Territorial - SNIT	1 -SNIT operacional em continuidade e qualidade 2 - Divulgação do novo Portal 3 - CRUS atualizada 4 - SNIT/Histórico operacional 5 - SNIT/ARU operacional	DSOT	1 - Taxa de atualização 2– Nº de eventos 3 - Data de atualização 4 - Data de conclusão 5 e 6 - Data de operacionalização 7 - N.º de fichas	1 - 80% 2 - 3 3 - 30 mai 3.1 - - 60 dias após publicação do PT em 2020 4 - - 30 jun 5 e 6 - 60 dias após a	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				6 - SNIT/SRUP operacional 7 - Guia das SRUP atualizado			publicação da portaria SSAIGT 7 - 10	
OE2	OOP2.1	22	Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial -SAIGT	1 - SAIGT operacional em continuidade e com qualidade 2 - Resposta célere às questões dos utilizadores (tecnológicas e jurídicas) 3 - Ações de formação e divulgação 4 - Normas e especificações técnicas para a REN e PDM publicados (Aviso)	DSOT	1 – Nº de dias inoperacional 2 - Tempo de resposta 3 – Data da proposta 3.1 - Nº de ações 4 . Data de publicação	1 - <5 dias 2 - <=2dias úteis 3 - 30 mar 3.1- 3 4 - 31 mar	
OE2	OOP2.1	23	Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT	1 - PCGT operacional em continuidade 2 - Monitorização de funcionalidades e execução de correções adaptativas 3 - Melhoria da plataforma e do help-desk (novo modelo) 4 - Documento “Formação dos planos territoriais – Matérias no âmbito das atribuições da DGT” disponibilizado	DSOT	1 – Nº de dias inoperacional 2-Tempo de correção 3 – Data da Proposta 4 - Data de disponibilização	1 - <5 dias 2 - < 5 dias úteis 3 - 30 out 4 - 28 fev	
OE2	OOP2.2	24	Sistema Nacional de Informação Geográfica - SNIG	1– Geoportal SNIG - Registo Nacional de Dados Geográficos - monitorização dos registos 2– Modelo de articulação do SNIG e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional 3– SNIG articulado com as plataformas de modernização administrativa da AMA 4– ENIIG 2020 – V Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica / JIIDE 2020 - XI Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Informação Geográfica 5– Ações de divulgação e promoção de utilização do geoportal SNIG/INSPIRE	DSGCIG	1 - Nº de relatórios 2 a 4– Data de conclusão 5– Nº de ações	1– 3 2- 30 nov 3– 15 out 4- 30 nov 5-3	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE2	OOP2.2	25	RHIGLocal - CIM Oeste	1 - Levantamento da informação geográfica existente nos municípios e entidades intermunicipais 2 - Levantamento dos requisitos processuais, tecnológicos e humanos para a constituição de uma Infraestrutura de Informação Geográfica Regional ou Local 3 - Definição do modelo de interação entre o SNIG e as Infraestruturas de Informação Geográfica Regionais ou Locais	DSGCIG	1 a 3 Data de conclusão	1- 31 out 2- 15 nov 3- 30 nov	
OE2	OOP2.3	26	Sistema Nacional de Informação Cadastral - SNIC	1- Programa de ação para manutenção evolutiva do sistema de informação - carregamento e gestão do cadastro SINERGIC - e respetiva execução. 2- Atualização do visualizador de dados cadastrais SINERGIC e CGPR, no que respeita à pesquisa da informação. 3 – Especificações de reconfiguração e desenvolvimento no SNIC de acordo com os novos regimes jurídicos do cadastro predial e da informação cadastral simplificada	DSIC DGRI DSGCIG	1 e 2- Data de conclusão	1- 31 jul 2- 31 mar 3 - a definir após publicação dos RJ	
OE3	OOP3.1	27	Base de Dados Nacional de Cartografia - BDNC	1 Definição da estratégia, modelo de governança e requisitos técnicos de implementação, exploração e manutenção da Base de Nacional de Cartografia 2- Caso de estudo para integração na BDNC de cartografia já existente	DSGCIG	1 e 2- Data de conclusão	1 – 15 dez 2 – 15 dez	
OE3	OOP3.2	28	Ortofotos 2020	1 - Ortofotos Portugal continental - Metade Sul	DSGCIG	1 - Tempo de execução	1 - 6 meses	Dependente da disponibilização da cobertura aerofotográfica a realizar pelo IFAP

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE3	OOP3.2	29	Cartografia de Ocupação do Solo - COS	1 - Revisão da COS para 1995, 2007, 2010 e 2015 2 - Relatório de dinâmicas COS 1995-2007-2010-2015-2018 3 - COSsim 2018 (COS Simplificada com pixel de 10 m derivada de processamento automático de imagens de satélite) 4 - Desenvolvimento de metodologias para criação de novos produtos COS por exploração de imagens de satélite do programa Copernicus 5 - Desenvolvimentos experimentais para articulação da COS com o IFN 6 - COS2018 com atributos	DSGCIG	1 a 6 - Data de conclusão	1 e 2 - 15 jun 3 a 6 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	30	Produtos cartográficos de ocupação do solo do programa Copernicus	1- Revisão da Cartografia CORINE Land Cover 1990, 2000, 2006, 2012 e 2018 e articulação com a COS 2- Validação e disponibilização no SNIG dos temas de grande e muito grande resolução espacial	DSGCIG	1 e 2 Data de Conclusão	1 - 30-abr 2 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	31	Cartografia Topográfica Vetorial	1 - Definição do modelo para a Base de dados de cartografia 1:200 000 2-Temas 1:200 000 Hidrografia e Transportes atualizados 3- EuroRegionalMap atualizado 4- Atualização da carta 1:500 000	DSGCIG	1 a 4 - Data de conclusão	1- 31 out 2- 30 nov 3- Data a definir pela EuroGeographics 4- 30 nov	
OE3	OOP3.2	32	Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP	1- CAOP 2019 publicada 2- EuroBoundaryMap atualizado 3- Reporte de dados ao INE e à DGAL 4- CAOP com modelo de dados INSPIRE e em formato open	DSGCIG	1 a 5-Data de conclusão	1- 29 fev 2 e 3- 30 dias após solicitação 4- 15 dez	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				source 5- Página da CAOP atualizada com secção P&R			5- 30 abril	
OE3	OOP3.2	33	Modelo Digital do Terreno com tecnologia LiDAR	1 - Definição dos requisitos técnicos e modelo de organização institucional para a produção de um Modelo Digital de Terreno com tecnologia LiDAR	DSGCIG	1 - Data de conclusão	1 - 30-jun	
OE3	OOP3.2	34	Infraestrutura Portuguesa para dados Sentinel - IPSentinel	1 - Mosaicos de Portugal Continental Sentinel 2	DSGCIG	1 - Nº de produtos	1 - 4	
OE3	OOP3.2	35	Infraestrutura Nacional de Moradas (INM) - INE	1 - Articulação entre a INM e o SNIG	DSGCIG	1 - Data de conclusão	1 - 15-dez	
OE3	OOP3.2	36	Fotografia Aérea Histórica	1- Filmes digitalizados, georreferenciados e com metadados 2 - Digitalização de fotografia aérea antiga em suporte vidro	DSGCIG	1- Nº de filmes 2 - Nº de fotogramas	1- 120 2 - 3000	
OE3	OOP3.2	37	Rede Nacional de Estações Permanentes GNSS - ReNEP	1- ReNEP operacional 2- Estações Permanentes com capacidade de receção do sinal Galileo 3- Repositório dos ficheiros RINEX das Estações Permanentes online 4- Conclusão do estudo de avaliação do impacto da adoção de uma nova realização do ETRS89 em Portugal Continental 5- Articulação da ReNEP com o projeto C4G	DSGCIG	1- Nº de dias com estações inoperacionais 2- Nº de estações atualizadas 3- Periodicidade de disponibilização 4- Data de conclusão 5- Data de conclusão	1-20 2-11 3- mensal 4- 30 nov 5 - 15 dez	
OE3	OOP3.2	38	Referenciais Altimétricos Nacionais	1-Marcas de nivelamento localizadas junto dos marégrafos niveladas através de nivelamento geométrico de alta precisão 2- Maregramas online 3- Marcas de nivelamento verificadas e coordenadas com GNSS 4- Observações gravimétricas absolutas 5- Estudo para a uniformização dos Data altimétricos de	DSGCIG	1 e 5- Data de conclusão 2 - Nº de anos 3- Nº de marcas 4- Nº de estações	1- 30 nov 2-3 3- 100 4- 2 5-30 nov	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				Portugal e Espanha				
OE3	OOP3.3	39	Novas Normas e Especificações técnicas para cartografia topográfica	1 - Aplicações informáticas para validação, controlo de qualidade e visualização da cartografia obtida com as novas normas e especificações técnicas 2 - Aplicações informáticas para otimização da conversão da cartografia existente para o modelo definido nas novas normas e especificações técnicas 3 - Aplicações informáticas para conversão de cartografia no formato PostGreSQL/PostGIS para outros formatos (e.g. shapefile, GeoJson, Geopackage)	DSGCIG	1 a 3- Data de conclusão	1- 31 out 2- 15 nov 3- 30 nov	
OE3	OOP3.3	40	Homologação de cartografia	1- Processos de homologação concluídos no prazo 2- Plataforma para gestão, monitorização e reporte dos procedimentos de homologação 3- Definição e implementação de novas metodologias para a homologação de cartografia obtida com as novas normas e especificações técnicas	DSGCIG	1-Tempo de procedimento 2 e 3 -Data de conclusão	1-100% em < 90 dias úteis; 50 % em < 70 dias úteis 2- 15 out 3- 30 nov	
OE3	OOP3.3	41	Regulação da Atividade de Cartografia	1 - Registo de entidades coletivas e singulares produtoras de cartografia de base	DSGCIG	1 - Tempo médio de tramitação	1 - 2 a 5 dias	
OE4	OOP4.1	42	Regime jurídico do Cadastro Predial	1 - Proposta de revisão regime jurídico do cadastro predial 2 -Proposta de regulamento de fiscalização do exercício de atividades no domínio do cadastro predial / atividades de TCP	DSIC	1 e 2 - Data de conclusão	1– 15 mar 2- 15 dez	
OE4	OOP4.2	43	Ferramentas de interoperabilidade	1 – Modelo de articulação interinstitucional DGT/IRN/AT para atualização do cadastro predial 2 - Programação e desenvolvimento de funcionalidades de interoperabilidade DGT/IRN/AT, através do BUPI	DSIC	1 e 2 - Data de conclusão	1 – 31 jul 2 - 31 dez	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE4	OOP4.2	44	Novos modelos de dados e de acesso à informação CGPR	1 – Definição da metodologia a adotar na conservação do CGPR com vista à diminuição do tempo de resposta da DGT nos PRA. 2 – Apuramento de concelhos com dados cadastrais em formato vetorial, atualizados, com reorganização administrativa, reestruturados considerando a harmonização de dados Sede/DR e disponibilizados por serviços WEB em ETRS89. 3 - Disponibilização no visualizador da tabela de caracterização dos dados cadastrais do CGPR por concelho, atualizada 4 - Disponibilização de conteúdos atualizados 5 - Estudo de viabilidade de geração de informação no modelo da Diretiva Inspire a partir da informação vetorial disponível online poder obter-se informação na Diretiva-Inspire que é disponibilizada em serviço web.	DSIC DR	1-Data de conclusão 2 - N.º de concelhos 3-Periodicidade 4 a) – N.º concelhos em formato vetorial 4 b) - N.º secções em formato raster 5 - Relatório	1- 31 jan 2- DSIC - 20 DRLVT – 12 DRC – 7 DRAlgarve – 2 DRAlentejo - 1 3- Trimestral 4 a)- DSIC – 20 DRLVT – 12 DRC – 7 DRAlgarve – 2 DRAlent - 1 4 b) - DSIC – Todas a 31 dez DRLVT - 750 a 31 dez 5 - 1	2 – inclui novos concelhos
OE4	OOP4.3	45	Conservação do CGPR - Processos de Reclamação Administrativa - PRA	1 - Apreciação de PRA e redução de pendências longas 2 – Concelhos CGPR atualizados com os PRA com parecer favorável 3 - Fornecimento de dados CGPR e certificação de elementos nos prazos estabelecidos 4 – Diminuição do n.º de PRA em espera para análise	1.1 DSIC 1.2 - DRN 1.3 - DRC 1.4 -DRLVT 1.5 - DRAlentejo 1.6 - DRAlgarvr 2 a 3 - DSIC e DR	1 - N.º de PRA com emissão de parecer técnico e envio para a AT 2-- % de PRA atualizados a 30 dez 3 - Tempo médio de resposta 4- N.º de PRA	1: 1.1 – 800 1.2 - 180 1.3 - 500 1.4 - 1000 1.5 - 100 1.6 - 400 2 - 85% dos PRA com	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
					4-DSIC	analizados / N.º de novos pedidos de análise *100	emissão de parecer e remetidos à AT até 31 out 3- 10 dias úteis 4 - > 150%	
OE4	OOP4.3	46	Operações de Cadastro Predial - SINERGIC	1- Finalização da operação de cadastro predial de Paredes	DSIC DR	Data de conclusão	1- 31 mar	
OE4	OOP4.3	47	Regulação da Atividade de Cadastro Predial	1 – Pedidos de exercício de atividades no domínio de cadastro predial e pedidos de inscrição na lista apreciados 2 Diagnóstico para a melhoria do sistema de registo e credenciação de técnicos de cadastro predial	DSIC	1 - Tempo médio para apreciação 2– relatório	1 – 2 a 5 dias 2– 1	
OE5	OOP5.1	48	Presidência Portuguesa 2021	1 - Articulação Trio DE-PT-SI e definição dos calendários, temas e agendas da coesão territorial e dos assuntos urbanos; Calendário oficial dos eventos Pres PT 2021 presididos pela DGT 2 - Programação dos trabalhos e calendário da Presidência e das condições gerais de logística dos eventos 3 - Produção de publicação sobre o national spatial planning system and regional development (NSPRD).	DSPRI DSOT DSIC	1 –2- Data de conclusão 3- Versão final para publicação do NSPRD	1 - 31 jul 2 - 1 dez 3 - 31 dez	
OE5	OOP5.2	49	Cooperação em assuntos urbanos e política de cidades	1 - Cooperação intergovernamental na UE: representação no Urban Development Group (UDG), Directores-Gerais dos Assuntos Urbanos (DGUM), e Urban Agenda Technical Preparatory Group (UATPG), participação na revisão da Carta de Leipzig (NLC); Expert Group on Territorial Cohesion and Urban Matters (EGCTUM); representação órgãos URBACT (URBACT MC, TP, TF); 2 - Cooperação internacional: Vice-Presidência do Conselho do Working Party on Urban Policies (WPURB) da OCDE; apoio da	DSOT	1 e 2 - N.º de reuniões e eventos transnacionais 3 - N.º de grupos e projetos ativos	1 e 2 - 20 3– 6	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				representação nacional no Conselho Executivo UN HABITAT; representação UN UNECE; cooperação macrorregional e bilateral e recepção de comitivas estrangeiras; apoio à SGMATE na cooperação internacional em assuntos urbanos; 3 - Cooperação nacional: Grupo informal nacional Agenda Urbana para a UE; Outros grupos e projectos, incluindo Grandes Trabalhos, Conselho da Cultura SPAA, Fórum dos Serviços, Reabilitar como Regra, Move, Ubike				
OE5	OOP5.2	50	Cooperação em coesão territorial, política de coesão e ordenamento do território e paisagem	1 -Cooperação União Europeia (7): Network of Territorial Cohesion Contact Points (NTCCP), Directores-Gerais da Coesão Territorial (DGTC), Task Force for the Territorial Agenda (TFTA), ESPON Monitoring Committee, ESPON Contact Point, ESPON Joint Working Group; EIONET – National Reference Centre for Land Use and Spatial Planning; 2 - Cooperação internacional e macrorregional (3): Articulação com a AD&C no âmbito do Regional Development Policy Committee (RDPC); Conselho da Europa - Convenção Europeia da Paisagem; Diálogo 5+5; 3 - Cooperação nacional:Projetos Softplan, MINLAND, RISKCOAST; (Conselho Nacional da Água; C.A. POSEUR;; Grupo de Coordenação da ENAAC; Ponto Focal SPeM e Roteiro Neutralidade Carbónica; GT Seca, CNGRI, CN ABAE ECO XXI; CAEAP e NREAP; CCNCD; ENRAN; PP Solo; PITT MSVR; Ponto Focal ENEA 2020.	DSOT	1 e 2 - N.º de reuniões e eventos transnacionais 3 - N.º de grupos e projetos ativos	1 e 2 - 14 3 - 15	
OE5	OOP5.2	51	Cooperação em geodesia, cartografia, informação geográfica e cadastro	1- ICA - International Cartographic Association 2- EUREF- International Association of Geodesy Reference Frame Sub-commission for Europe	DSGCIG	1 a 7- N.º de reuniões	1- 0 2- 1 3- 2	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
				3- Comité Permanente de Cadastro da União Europeia 4- INSPIRE KEN (Knowledge Exchange Networks) - Cadastre and Land Registry - CLRKEN 5 Comité Permanente sobre el Catastro en Iberoamerica 6- WPLA - Working Party on Land Administration 7- INSPIRE – Ponto Focal Nacional			4- 1 5- 1 6- 1 7- 1	
OE5	OOP5.3	52	Comissão Nacional do Território -CNT	1 - Dinamização e condução dos trabalhos da Comissão Nacional do Território e dos Grupos de Trabalho (GT REN e GT IGT) 2 - Publicação dos cadernos de apoio aos PDM e realização de sessão de apresentação pública (Medida Simplex “PDM Go”)	DSOT	1 - Nº de reuniões 2 - Data da publicação	1 - 12 CNT, 6 GT 2 - 30 set	
OE5	OOP5.3	53	Comissão de Acompanhamento Arquitetura e Paisagem	1 - Dinamização e condução dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem (CAAP)	DSOT	1 - Nº de reuniões	1-2	
OE5	OOP5.3	54	Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica – CO SNIG	1- Dinamização e condução dos trabalhos do Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica e seus grupos de trabalho – CO SNIG / GT IIG-locais 2- Plano de Ação SNIG2020 e INSPIRE.PT 2020 3– Relatório de monitorização INSPIRE 2020	DSGCIG	1- Nº de reuniões 2 e 3 - Data de conclusão	1- 2 CO SNIG e 2 GT IIG-locais 2- 31 mar 3- 15 dez	
OE5	OOP5.3	55	Conselho Coordenador de Cartografia - CCC	1- Dinamização e condução dos trabalhos do Conselho Coordenador de Cartografia 2- Dinamização e condução dos trabalhos Geodesia2020	DSGCIG	1 e 2- Nº de reuniões	1-1 2-2	
OE5	OOP5.3	56	Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP)	1- Participação no Conselho Permanente e Plenário	DSOT	1-Nº Reuniões	1-2	
OE5	OOP5.3	57	Conselho Superior de Estatística (SPEBT/CSE)	1- Participação na Sessão Permanente de Estatísticas de Base Territorial	DSOT	1- Nº de Reuniões	1-2	

OE	OP	Cód PA2020	Designação do Projeto/Atividade	Resultado(s) a atingir	Unidade(s) orgânica(s) responsável(eis)	Indicador	Meta	Observações
OE5	OOP5.4	58	Infraestrutura física e tecnológica e suportes e aplicativos	1- Modernização da infraestrutura tecnológica (Sede + DR) 2-Modernização dos suportes tecnológicos e aplicativos	DGRI	1 e 2 - Data de realização	1 e 2 - 30 nov	
OE5	OOP5.4	59	Portal e sítios internet	1 - Manutenção e atualização dos conteúdos do portal e sítios de internet 2 - Atualização dos conteúdos do Museu Virtual	DGRI DSPRI	1 - Data de conclusão 2 - N.º de páginas	1 - 15 dez 2 - 6	
OE5	OOP5.5	60	Informação de gestão e pareceres	1 - Manual de procedimentos internos a observar no atendimento (presencial e eletrónico) e no fornecimento de informação cadastral 2 - Implementação de medidas da Norma Interna para a Gestão do Risco 3 - Revisão do Plano de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas 4 - Análise de propostas legislativas e regulamentares e outros por solicitação da tutela, da IGAMAOT e do Ministério Público 5 - Relatório AUGI concluído	DSIC DGRI DSPRI DRAJ	1 - Data de conclusão 2 - N.º de medidas 3 -Relatório 4 - N.º de pareceres emitidos/ sobre pareceres solicitados- *100 5 - Data de conclusão	1 - 15 dez 2 - 2 3 - 1 4 - 100% dos solicitados até 1 dez 5 - 30 mar	
OE5	OOP5.5	61	Gestão Documental	1 - Interoperabilidade SG MATE / DGT operacionalizada 2 – Gestor documental atualizado e complementado com o módulo de assinatura 3-Novos fluxos desmaterializados	DGRI	1 e 2 – Data de Conclusão 3 - N.º de circuitos	1 – 30 out 2 – 30 jun 3 – 2	
OE5	OOP5.5	62	Comunicação e Eventos	1 - Realização dos eventos da DGT	DSPRI	1 - N.º de eventos	1 - 10	
OE5	OOP5.6	63	Capacitação dos recursos humanos	1 - Execução do Plano de Formação	DSPRI Todas as UO	1 - N.º de trabalhadores abrangidos por ações de formação	1 - 30	Dependente da dotação final em sede de OF

Anexo II

Plano de Formação

Tabela 1 | Capacidades formativas
(formação interna)

Tabela 1 – Capacidades formativas (formação interna)

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
DRLVT	Cadastro	Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Atualização de conhecimentos sobre a Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica no âmbito da resolução de Processos de Reclamação Administrativa	Técnicos de campo e de gabinete da DRLVT	12
DRC	SIG	Consulta e conservação do CGPR com recursos à nova versão do QGis(1 a 4 de junho)	Usando a ferramenta OpenSource QGis, serão apresentadas várias ferramentas de consulta e visualização dos dados do CGP. Numa fase posterior, serão ministradas ferramentas de edição topológica e alfanumérica dos dados de modo a promover a conservação dos dados.	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores	21
	SIG	Controlo de Qualidade da vetorização do CGPR com recurso ao MicroStation. (20 e 21 de janeiro)	Validação topológica e temática da vetorização do CGPR em formato DGN recorrendo a ferramentas de CQ do Microtation e do NGXis, de acordo com o modelo de dados multicodificado, para posterior integração em base de dados de SIG	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores	14

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
	Gestão Documental	Aplicação do EDOC na DRC (Setembro, dependente da nova versão do EDOC na DGT)	Formação interna sobre a nova versão do EDOC e sua adaptação na DRC	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores	14
DGRI	Informática	Introdução Excel	Introdução à aplicação Microsoft Excel e suas principais funcionalidades	Todas	11
		Base de Dados em Access	Modelo Relacional, Linguagem Sql e sua aplicação prática na aplicação Microsoft Access	Todas	11
		Edoclink – Utilização da aplicação	Introdução à aplicação Edoclink suas funcionalidades e potencialidades	Utilizadores Edoclink	6
		Edoclink – Utilização da aplicação	Introdução à aplicação Edoclink suas funcionalidades e potencialidades	Utilizadores Edoclink	6
DSIC	Utilização de aplicações	EDOC	Aprender a tratar os assuntos correntes no Sistema de Gestão Documental EDOC: Organização no EDOC. Introdução aos Processos EDOC. Circuitos no EDOC. Fazer registos nos vários livros.	Trabalhadores da DSIC	7

Unidade orgânica proponente	Área da formação	Ação de formação proposta	Conteúdo da formação	Destinatários (por carreiras/trabalhador)	Carga horária prevista
			Adicionar documentos aos registos. Criar distribuições, associar distribuições, associar registos às distribuições. Processos DSIC no EDOC. Circuitos DSIC no EDOC.		
DSGCIG	SIG	Introdução ao QGIS	O ambiente de trabalho QGIS: ambiente gráfico e principais funções; Visualização de layers (camadas); Tabela de atributos; Simbologia; Layouts; Edição de dados; Utilização de módulos (plugins); Georreferenciação de imagens.	Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos	21
		Criação de SDG com GeoServer	Introdução ao GeoServer (conceitos, instalação e configurações) Criação de Serviços de Visualização Criação de Serviços de Descarregamento	Técnicos Superiores DSIC	7
		QGIS para apoio à homologação de cartografia	Exploração do software SIG Desktop QGIS para a desenvolvimento das tarefas de homologação de cartografia	Técnicos da DSGCIG que trabalham na homologação de cartografia	14
DIREÇÃO/DRAJ	Cadastro	Processo e procedimentos administrativos. Procedimento no EDOC		Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos	7

Anexo II

Plano de Formação

Tabela 2 | Necessidades formativas
(formação interna e externa)

Tabela 2 – Necessidades formativas (formação interna e externa)

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSPRI	Curso de Formação de Atualização dos Dirigentes- Nível Intermédio ou Equiparados	O curso de Formação de Atualização dos Dirigentes de Nível Intermédio ou Equiparados tem como objetivos “dar resposta às necessidades de atualização das competências e dos conhecimentos de cada dirigente, em função da evolução do estado da arte da gestão pública, dos programas de reforma e da especificidade do cargo exercido” (artigo 3.º, n.º 2, da Portaria n.º 146/2011, de 7 de abril).	3
DSPRI/DEOP	Microsoft Excel: Nível avançado		1
	E-Doc		3
	Gestão Financeira-Perceber a Contabilização dos Ciclos da Receita e Despesa Pública	Perceber a Contabilização dos Ciclos da Receita e Despesa Pública	1
	Microsoft Excel: Nível Intermédio		2
DSPRI/DCRI	Adobe CS Illustrator	Ferramentas de desenho vectorial	1
	Adobe CS Indesign	Ferramentas de elaboração de publicações	1
	Adobe CS Dreamweaver	Ferramentas de edição de páginas web em HTML	2
	Quantum GIS	Ferramentas de GIS Open source	2

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Word	Ferramenta de utilização Office/Word	2
	Administração de Redes	Administração de Redes Locais	1
	Excel	Ferramenta de utilização Office/Word	1
DRC	Controlo de Qualidade da vetorização do CGPR com recurso ao MicroStation. (20 e 21 de janeiro - 14 horas)	Validação topológica e temática da vetorização do CGPR em formato DGN recorrendo a ferramentas de CQ do MicroStation e do NGXis, de acordo com o modelo de dados multicodificado, para posterior intergração em base de dados de SIG	4
	Consulta e conservação do CGPR com recursos à nova versão do QGIS(1 a 4 de junho - 21 horas)	Usando a ferramenta OpenSource QGIS, serão apresentadas várias ferramentas de consulta e visualização dos dados do CGP. Numa fase posterior, serão ministradas ferramentas de edição topológica e alfanumérica dos dados de modo a promover a conservação dos dados.	10
	Aplicação do EDoc na DRC (Setembro, dependente da nova versão do EDoc na DGT)	Formação interna sobre a nova versão do EDOC e sua adaptação na DRC	16
	Desenvolvimento de extensões em Python para QGIS (pyQGIS)	Aquisição de conhecimento básico em pyQGIS dar autonomia à DRC para desenvolvimento/adaptação de extensões em QGIS	2
DRLVT	RGPD para Cidadãos Atentos	Formação online - Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	15
	Atendimento ao público no âmbito da resolução de PRA	Formação a realizar sob proposta da Direção da DGT	11
	Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Atualização de conhecimentos sobre a Conservação de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica no âmbito da resolução de Processos de Reclamação Administrativa	9

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
DSIC	Bases de dados Geográficas com QGIS e PostGIS	Introdução aos sistemas informativos territoriais Open Source; Vantagens do uso de uma base de dados nos SIG Introdução ao RDBMS Open Source PostgreSQL; Primeira configuração do servidor; Utentes, permissões, acessos Esquemas, tabelas, vistas, funções; Introdução ao PostGIS; Bases de dados geográfica: estrutura e formato dos dados; Criação de uma base de dados geográfica; Administração da base de dados e acesso aos dados; Administração com a ferramenta de linha de comandos "psql"; Os front-ends gráficos: QGIS, PhpPgAdmin, PgAdmin3, LibreOffice, etc.; PostGIS e QGIS: Importação de vectores, digitalização, queries; Queries avançadas de geoprocessamento; PostGIS e os rasters, uma introdução; Backup e restore.	6
	Desenvolvimento de Aplicações sobre ANDROID (Formação externa especializada)	À medida que os dados são cada vez mais importantes para as empresas aumenta na mesma proporção a responsabilidade dos administradores das bases de dados, sendo hoje em dia uma carreira bem remunerada dentro das especializações em informática. Cabe ao DBA (Database Administrator) a configuração da base de dados para garantir o melhor desempenho possível, com mínimo tempo de indisponibilidade, segurança no acesso aos dados e garantias de recuperação em caso de falha humana ou falha de hardware. Este curso aborda estes temas, dando ênfase especial nas preocupações partilhadas com as equipas de desenvolvimento, assentado a sua base de incidência nas últimas versões do Microsoft SQL Server.Duração: 50 horas. Horário Pós-Laboral.	2
	Desenvolvimento de extensões em Python para QGIS (pyQGIS) (Formação externa especializada)	O curso dirige-se a quem pretenda aprender a desenvolver ferramentas/extensões para QGIS utilizando a linguagem de programação Python. Tem como finalidade fornecer os conceitos fundamentais e a experiência prática para o desenvolvimento de ferramentas para QGIS, pelo que após uma introdução à linguagem de programação, os participantes irão ser guiados passo a passo na criação de uma extensão para QGIS. É preferível ter conhecimentos de linguagem Phyton (embora não obrigatório).	1
	Publicação de mapas em ambiente web com QGIS (Formação externa especializada)	Para aprender em pouco tempo o mais inovador e simples ambiente de desenvolvimento para WebMapping, baseado no software QGIS. Permite publicar na web os mapas criados através QGIS Desktop, sem necessidade de complexas operações de configuração. O curso pode ser frequentado por quem tenha noções básicas de SIG e cartografia. É necessário estar à vontade com o uso do computador. Duração: Dois dias (16 horas).	4

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Estratégias de atendimento ao público	O bom atendimento ao público representa um impacto na valorização de uma organização. A sua influência é cada vez mais notória pois resulta em credibilidade e imagem para o exterior. Adotar estratégias de atendimento ao público afigura-se fundamental para a satisfação dos cidadãos.	6
	Direito para não juristas	Este curso procura veicular conceitos jurídicos fundamentais, conhecimentos sobre a Constituição da República Portuguesa no que respeita aos atos normativos e às disposições sobre a Administração Pública, bem como os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional.	7
	Saber responder a reclamações	Saber responder a reclamações, percebendo as causas da insatisfação dos cidadãos, permite não só uma resolução atenta das questões colocadas como possibilita o aumento dos níveis de satisfação com os serviços.	2
	"FME " - formação Live Online		3
DGRI	PostgreSQL - Administração e Optimização		1
DRA	Gestão de Projetos	Planear, gerir e monitorizar um Projecto ao longo do seu ciclo de vida	1
	Estratégias de atendimento ao público	Compreender a importância do atendimento eficaz e eficiente para a organização; saber comunicar com os clientes de forma estruturada e respeitar canal de comunicação utilizado; saber controlar o tempo de resposta garantindo a exigência de qualidade e a imagem positiva; saber utilizar a comunicação assertiva em situações de tensão; saber utilizar técnicas persuasivas na transmissão de soluções e na gestão de reclamações.	1
	QGIS (módulo de Desenvolvimento/Avançado e aplicado ao cadastro)	Formação interna na para aplicação diária	3

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	3
	Legislação a aplicar nos PRA	Atualização e aplicação de casos práticos. Formação interna na para aplicação diária	3
	Atualização de CGPR vetorial	Atualização e aplicação de casos práticos. Formação interna na para aplicação diária	3
	Validação de CGPR vetorial	Atualização e aplicação de casos práticos. Formação interna na para aplicação diária	3
	Redes informáticas, segurança e partilha de informação		1
DSOT/DDTPC	Tecnologias de Informação - Excel	Folha de cálculo Excel (inicial)	1
	Inovação na Gestão Pública: Governança e Práticas		4
	Inovação na Gestão Pública: Gestão de Projetos (14h)		4
	Planeamento por Cenários (14h)		2
	Estratégia e Inovação (14h)		2
	Gestão do Tempo e da Energia (14h)		2
	Gestão da Comunicação (14h)		4
	Comunicação Digital (14h + 7h)		2
DSOT/DIGT	Base de Dados(modelo relacional e linguagem SQL)	Adquirir conhecimentos sobre a tecnologia de BD como ISI. Usar linguagem SQL como ferramenta padrão para interrogação e manipulação dos dados.	3

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Administração de Bases de Dados em SQL Server	Adquirir os conhecimentos que permitam instalar e solucionar problemas do sistema de gestão de BD do Microsoft SQL Server	3
	Linguagem XML	Explorar os componentes XSL e manipular e analisar os dados XML.	2
	Geomedia - Intergraph	Desenvolvimento das potencialidades da ferramenta SIG (nível inicial)	1
	Geomedia - Intergraph	Desenvolvimento das potencialidades da ferramenta SIG (upgrade - avançado)	1
	QuantumGIS - QGIS	Conhecimento e aprendizagem das potencialidades da ferramenta SIG (<i>OpenSource</i>)	6
	QGIS (módulo de Desenvolvimento/Avançado)	Curso que mostre como efetuar desenvolvimentos com recurso ao software QGIS e aprofunde as suas capacidades evolutivas. Não existem muitas entidades a ministrarem este tipo de formação	3
	ArcGIS - ESRI	Desenvolvimento das potencialidades da ferramenta SIG (upgrade - avançado). Aprofundar conhecimentos em ArcGIS aprendendo como obter resultados fidedignos através de diferentes tipos de análise. Irá aplicar fluxos de trabalho para resolver, de forma eficiente, problemas espaciais usando várias ferramentas ArcGIS, trabalhando com dados em vector, imagens e dados temporais. Neste curso, aprende também a partilhar as suas análises e os resultados daí provenientes. Alguns exercícios deste curso utilizam ferramentas provenientes da extensão ArcGIS Spatial Analyst.	4
	A Base de Dados Access, INA, 28 horas	Base de Dados e Access (11h)	4
	Controlo da gestão Financeira e Contratação Pública	Identificar o modelo de orçamento de desempenho por programas .Compreender as principais obrigações no âmbito do controlo financeiro enquanto dirigente.	1
	GESTÃO PREDITIVA - DOS DADOS ÀS DECISÕES	Antecipar resultados, reforçando a cultura preventiva em detrimento de uma cultura reativa (14h).	1
	VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE OPEN SOURCE	Analisar e discutir as melhores soluções de software open source e respetivas licenças, com vista à proteção dos interesses da Administração Pública (14h).	1
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA (FORGEP)	Desenvolver competências técnicas transversais dos titulares dos cargos de direção intermédia, tendo em vista a melhoria do perfil, experiência e conhecimento profissionais; Potenciar uma liderança forte e mobilizadora em sintonia com as exigências da moderna gestão pública (120h).	1

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Estatística: os números, tratamento e informação INA, 21horas	Adquirir os conhecimentos que permitam um bom desempenho com recurso a técnicas de estatística descritiva (21h)	1
	Direito para não juristas INA 14 horas	Enumerar conceitos jurídicos fundamentais e conhecimentos elementares da constituição especialmente no que respeita aos atos normativos ; Distinguir diversos atos praticados pela Adm. Pública; Descrever atos regulamentares e atos legislativos; ...	1
	Novo CPA para não juristas, INA, 21 horas	Identificar as principais inovações, no plano dos princípios , da ação e da aplicação não burocratizadas do código; Conhecer o enquadramento jurídico essencial para o desenvolvimento da atividade diária dos serviços.	1
	Photoshop	Manipulação de imagem	1
	INTRODUÇÃO AO DESIGN DE COMUNICAÇÃO	Compreender a importância dos vários elementos da comunicação, para comunicar com eficácia. Ganhar uma consciência crítica sobre o papel da geometria visual, através de estudos de forma e cor.	1
	TÉCNICAS DE ESCRITA EFICAZ	Reconhecer a importância da simplificação da comunicação na Administração Pública	1
	TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO E PERSUAÇÃO	Adquirir as técnicas e ferramentas para uma apresentação eficaz em função dos destinatários;	1
	CRIAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA WEB COM HTML	Conhecer os elementos semânticos do HTML; Criar e formatar páginas em HTML;	1
DSGCIG	Bases de Dados Geográficas	"Curso de bases de dados relacionais Open Source (PostGIS) para novas normas e especificações técnicas para a cartografia topográfica da Direção-Geral do Território (DGT)" Introdução às bases de dados relacionais Vantagens do uso de bases de dados relacionais em SIG Aplicação das bases de dados relacionais para a produção cartográfica e planos diretores municipais de 4ª geração Introdução ao RDBMS Open Source PostgreSQL	6

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	SIG	Análise SIG com QGIS; Introdução aos softwares; QGIS e as suas extensões; Outros tipos de extensões A caixa de ferramentas de análise SIG de QGIS; (entre outros)	13
	Programação Python	Desenvolvimento de extensões em Python para QGIS (pyQGIS); Introdução à programação em Python; Ferramentas e procedimentos para o desenvolvimento de plugins para o QGIS; Introdução à biblioteca Qt5 a sua utilização em Python através do pacote PyQt5; A API do QGIS: principais classes e a sua utilização em Python A componente Processing; Construção de plugins, scripts isolados, funções de expressões	3
	SIG	QField (QGIS para Android) e ODK (OpenDataKit) para recolha de dados de campo georeferenciados QFIELD; Instalação do QGIS Field em dispositivos Android; Instalação dos Plugins necessários no QGIS Desktop Preparação dum projecto QGIS Desktop para uma simulação de levantamento; Criação de projecto QGIS e das camadas necessárias (Geopackage, MBTiles, PostGIS, Servidores de tiles, WMS, WFS, etc.): uso das extensões QFieldSync e (entre outros).	1
	Técnicas de redação online: internet, intranet, e-mail, newsletter	Conhecer as regras de redação para um ambiente multimédia e alinhadas com os princípios do Português claro; Redigir conteúdos numéricos eficazes; Gerir e dinamizar a evolução das publicações online da organização	1
	TÉCNICAS DE ESCRITA EFICAZ	Reconhecer a importância da simplificação da comunicação na Administração Pública	1
	Saber responder a queixas e reclamações	Perceber as causas da insatisfação perante reclamações; Adotar estratégias e procedimentos que contribuam para minimizar a insatisfação do cliente ou recuperar a sua confiança; Estruturar a resposta à reclamação de forma sistemática, utilizando um layout eficiente.	2
	Saber comunicar com pessoas difíceis		5
	Exploração do gestor documental da DGT- EDOC	Formação interna na exploração do software EDOC: conceitos básicos e avançados	15
	Folha de cálculo Excel	Conhecer e utilizar as funcionalidades mais importantes do Excel	2
	Base de dados Access	Realizar as funções básicas e correntes de base de dados Access	6

Unidade orgânica proponente	Ação de formação proposta (indicar caso se trate de formação externa especializada)	Conteúdo da formação	Necessidades agregadas por ação de formação (n.º formandos)
	Desenvolvimento de aplicações em Access	Conhecer as funcionalidades avançadas do Access visando o desenvolvimento de aplicações	2
	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E GESTÃO DO TEMPO / Organização do Trabalho	Capacitar as pessoas que trabalham na Administração Pública para a organização do trabalho e das tarefas, gestão do tempo e da energia, gestão dos horários de trabalho e conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.	10
	LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO DE EQUIPAS	Identificar diferentes teorias de motivação; Distinguir estilos de liderança; Organizar o trabalho de equipa; Avaliar a equipa e os resultados do seu trabalho.	1
	Programa de Capacitação em Gestão de Atividades e Projetos		2
	Ferramentas Office (word, excel, etc)	Desenvolver a aprendizagem das funcionalidades avançadas do Word; Dominar o trabalho com estilos, formulários, criação e gestão de documentos longos e impressão em série; Preparar um documento para publicação; Utilizar, com autonomia, as funcionalidades de edição de texto, formatação de tabelas e páginas	1
	Processador de Texto - funcionalidades avançadas	Automatizar tarefas de edição e elaboração de documentos; Efetuar impressões em série; Elaborar e utilizar macros e formulários.	11
	Microsoft Excel: Nível Inicial		9
	Microsoft Excel: Nível Intermédio		17
	Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	Executar ligações entre múltiplas folhas de cálculo; Efetuar a análise de dados; Automatizar ações através da utilização de macros.	20
	Bases de Dados e Tabelas Dinâmicas em Excel	Organizar e gerir bases de dados no Excel e tratar os dados de modo a obter informação facilmente analisável.	8
	Como Elaborar Relatórios	Estruturar, redigir e apresentar diversos tipos de relatórios, que podem ser usados em diversos contextos, como é o caso dos relatórios técnicos, científicos, pedagógicos, de auditoria, gestão, viagens ou visita, entre outros.	8
	Photoshop	Manipulação de imagem	3

